



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ATO N.º 8, DE 1983

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 18, inciso III, alínea "a", combinado com o artigo 27, "caput", da III Consolidação do Regimento Interno, nomeia os seguintes Deputados para comporem a Comissão Especial de Inquérito constituída pelo Requerimento n.º 147, de 1983, com a finalidade de proceder a um levantamento das condições e irregularidades existentes no sistema carcerário estadual:

P.M.D.B.	
Membros Efetivos	Substitutos
Deputado José Gregório	Deputado Aloysio Nunes Ferreira Filho
Deputada Ruth Escobar	Deputado Walter Mendes
P.D.S.	
Membro Efetivo	Substituto
Deputado Maurício Najar	Deputado Luiz Furlan
P.T.B.	
Membro Efetivo	Substituto
Deputado Hélio Furlan	Deputado Osiro Silveira
P.T.	
Membro Efetivo	Substituto
Deputado Eduardo Jorge Martins Sobrinho	Deputado Paulo Frateschi

Assembléia Legislativa, aos 6 de junho de 1983.

a) NÉFI TALES, Presidente

OFÍCIO

Senhor Presidente

Nos termos do § 1.º do artigo 26, c/c. o artigo 27, ambos da Consolidação do Regimento Interno, indico a Vossa Excelência os senhores Deputados José Gregório e Ruth Escobar para integrarem, como membros titulares, a Comissão Especial de Inquérito constituída pelo Requerimento n.º 147, de 1983 (Sistema Carcerário) e os senhores Deputados Aloysio Nunes Ferreira Filho e Walter Mendes para que dela participem na qualidade de membros substitutos.

Por outro lado, proponho, para atender o disposto na última parte do § 2.º do artigo 26 do Regimento, que se destinem as duas vagas restantes para o PT e o PTB, de forma a assegurar-lhes a participação na Comissão.

Sala das Sessões, em

a) Luiz Máximo, Líder do PMDB
OFÍCIO

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 79 da III Consolidação do Regimento Interno, indico os nobres Deputados abaixo para comporem, como membros do P.D.S., a Comissão Especial de Inquérito para proceder a um levantamento das condições e irregularidades existentes no sistema carcerário estadual.

Membro Efetivo

Membro Substituto

Deputado Maurício Najar

Deputado Luiz Furlan

São Paulo, em 30 de maio de 1983.

a) Fauze Carlos, Líder do PDS
OFÍCIO

Senhor Presidente

Indico os Nobres Deputados Hélio Furlan e Osiro Silveira para integrarem, respectivamente, como membro efetivo e substituto a Comissão Especial de Inquérito a ser constituída em virtude de aprovação do Requerimento n.º 147, de 1983.

Gabinete da Liderança, em 16-5-83.

a) Augusto Toscano, Líder do PTB
OFÍCIO

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 27 da III Consolidação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, indicamos para compor a Comissão Especial de Inquérito que tem como objetivo "proceder a um levantamento das condições e irregularidades existentes no sistema carcerário estadual", como membro efetivo o Deputado Eduardo Jorge Martins Sobrinho e como seu suplente o Deputado Paulo Frateschi, a fim de que sejam nomeados por essa Presidência.

Assembléia Legislativa,

a) Marcos Aurélio Ribeiro, Líder do PT

51.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 10.ª LEGISLATURA, EM 11-5-83

PRESIDÊNCIA dos Srs. Néfi Tales, Fernando Moraes e Edinho Araújo
SECRETARIOS: Srs. Vanderlei Macris e Marcos Aurélio Ribeiro

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abraham Dabus — Ademar de Barros — Aloysio Nunes Ferreira — Alvaro Fraga — Anizio Batista — Fernando Silveira — Luiz Furlan — Antônio Rezk — Rubens Lara — Antônio Scopel — Arthur Alves Pinto — Ary Pedrosa — Ary Kara — Augusto Toscano — Benedito Cintra — Carlos Apolinário — Croinda Silveira Sampaio — Eduardo Bittencourt — Eduardo Jorge — Elias Salim Curiati — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Expedito Soares — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Fernando Mauro — Floriano Leandrini — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Geraldo Alckmin — Gilberto Delmont — Hatiro Shimomoto — Hélio César Rosas — Hélio Furlan — Jacob Lopes — Jair Andreoni — Januário Mantelli Neto — Gilberto Port — Jorge Fernandes — José Cicote — Archimedes Lammoglia — José Gregório — José Storopoli — José Yunes — Koyu Iha — Laerte Pinto — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Moreira — Marcelino Romano Machado — Marcos Aurélio Ribeiro — Ruth Escobar — Mauro Bragato — Maurício Najar — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Néfi Tales — Nelson Nicolau — Osiro Silveira — Paulo Frateschi — Paulo Kobayashi — Paulo Sogayar — Paulo Diniz — Randal Juliano Garcia — Ricardo Izar — Roberto Purini — Sydney Palácios — Sylvio Martini — Vanderlei Macris — Dalla Pria — Vicente Botta — Wadih Helú — Wagner Rossi — Waldemar Chubaci — Waldyr Trigo — Walter Auada — Walter Lemes Soares — Walter Mendes — Walter Lazzarini — Tonico Ramos — Fernando Leça e Edinho Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Convido o Sr. Deputado Vanderlei Macris para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Vanderlei Macris — PMDB) — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Convido o Sr. Deputado Marcos Aurélio Ribeiro para, como 1.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Marcos Aurélio Ribeiro — PT) — procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 51.ª SESSÃO ORDINÁRIA PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Presidente Néfi Tales — Abre a sessão.
- 2 — Benedito Cintra — Repudia a violência policial exercida contra a manifestação de trabalhadores desempregados no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro. Apela para o Governo de São Paulo, solicitando seja revogada a portaria baixada pela Secretaria de Segurança Pública, proibindo manifestações em determinados pontos da Capital. Defende a liberdade de pensamento e de expressão do povo brasileiro.
- 3 — Presidente Néfi Tales — Anuncia e homenageia a presença do Deputado Farabulini Júnior.
- 4 — Wagner Rossi — Tece considerações sobre a participação popular como bandeira do Governo Montoro. Critica as propostas de desmembramento do território paulista. Manifesta intenção de encaminhar ao Sr. Governador pedido, requerendo prévia consulta popular para todo projeto de transformação administrativa.
- 5 — Luiz Furlan — Comenta o discurso do Sr. Governador na posse do novo prefeito do Município. Critica a atuação do Governo Montoro no respeitante às manifestações dos trabalhadores desempregados e ao funcionalismo público.
- 6 — Archimedes Lammoglia — Condena a suspensão, pelo Governador Montoro, das obras rodoviárias do Estado de São Paulo, em especial da variante que liga a Rodovia Santos Dumont à Rodovia do Açúcar, no Município de Salto.
- 7 — Paulo Kobayashi — Discute o sistema bancário nacional, abordando as teses de estatização ou de manutenção do atual modelo.
- 8 — Fernando Moraes — Assume a Presidência.

9 — Gilberto Port — Cobra do Governador Montoro uma posição do estadista, de Chefe de Governo.

10 — Paulo Diniz — Repudia as acusações do Sr. Governador à imprensa. Lê texto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

11 — Augusto Toscano — Para reclamação, lembra que no dia 27/4 a Casa deliberou convocar o Secretário da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre a situação financeira e econômica do Estado. Indaga à Presidência da data em que foi enviado o ofício e da data, caso já marcada, da vinda do Secretário.

12 — Presidente Fernando Moraes — Comunica que encaminhará à Presidência efetiva da Casa a reclamação do Deputado Augusto Toscano.

13 — Hélio Cesar Rosas — Informa que solicitou audiência ao Governador para apurar um caso, denunciado anonimamente e publicado pela Imprensa, de corrupção fiscal.

14 — Rubens Lara — Traça esboço histórico das lutas políticas do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, e presta homenagem pelo seu cinquentenário.

15 — Marcos Aurélio Ribeiro — Apresenta um balanço das atividades do PT neste início de legislatura.

GRANDE EXPEDIENTE

16 — Wagner Rossi — Pelo artigo 82, requer a suspensão dos trabalhos por uma hora, em face da visita do Vice-Presidente da República à Casa.

17 — Presidente Fernando Moraes — Acolhe o pedido e suspende a sessão até as 16 horas.

ORDEM DO DIA

18 — Edinho Araújo — Assume a Presidência. Reabre a sessão às 16 horas. Põe em discussão e declara, sem debate aprovado, o Requerimento n.º 206/83 (propondo a constituição de uma CEI para apurar e analisar a situação da Usina Tamoio S.A., de Araraquara, e das empresas Agroserve e Companhia Agrícola — Industrial São Jorge, de Jaú).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

19 — Presidente Edinho Araújo — Ausentes os inscritos para falar em Explicação Pessoal, convoca os Srs. Deputados para a segunda sessão ordinária do dia, à hora regimental, e encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Benedito Cintra.

O SR. BENEDITO CINTRA (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhum governo firma a sua autoridade política à base da violência contra um povo necessitado. É por isso que ocupo a tribuna, para manifestar aqui o meu repúdio à violência cometida pela tropa de choque da Polícia Militar contra milhares de desempregados, que anteontem se manifestavam contra o desemprego no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro. É o faço porque entendo que a Polícia de São Paulo não serve de intermediária entre trabalhadores necessitados, desempregados, e o Governo de São Paulo. Em nossa cidade, a exemplo de São Paulo, temos um contingente de desempregados que ultrapassa 700 mil trabalhadores, índice esse que na Grande São Paulo atinge mais de um milhão. Todos sabem que o desemprego hoje se transformou numa praça, e num verdadeiro fantasma, que assombra este País de Norte a Sul, em decorrência da política desastrosa levada a efeito pelos sucessivos Governos Militares que assaltaram o Poder deste País em 1964. Inclusive, os desempregados, todos eles, sem exceção, após três meses sem nenhuma colocação, não gozam de direitos sindicais. Mas, há falta de uma entidade que os represente, de um organismo onde eles pudessem se aglutinar para levar adiante suas lutas; não podem tirar o direito de qualquer cidadão de com liberdade manifestar o seu pensamento, e sua crítica e o seu protesto justo contra a política

econômica que tem levado o País à falência e que tem deixado o nosso País de joelhos diante de um punhado de banqueiros e de multinacionais.

Por isso, faço um apelo e um alerta ao Governo democrático de São Paulo no sentido de que seja revogada a portaria baixada pelo Secretário de Segurança Pública, que impediu manifestações em determinados lugares de São Paulo a fim de que os milhões — e falo em milhões, porque é mais de um milhão — de desempregados de São Paulo possam se concentrar, possam se reunir e possam discutir as medidas contra o desemprego que não são apenas de seus interesses, mas também das suas famílias, de interesse de toda a sociedade. Porque se o desemprego hoje atinge principalmente a classe operária, ele atinge também os setores médios da sociedade e, sem a participação da classe operária, dos setores médios, nós teríamos uma sociedade amorfa, uma sociedade de joelhos diante do FMI.

Um governo democrático tem que ir ao fundo no problema do desemprego. Tem que denunciar, antes de mais nada, que o Estado de São Paulo está de joelhos perante os credores internacionais, que querem de São Paulo o pagamento de uma dívida superior a cinco bilhões de dólares, maior do que a dívida externa brasileira em 1964 e que causou o golpe militar a mando do Departamento do Estado Norte-Americano; tem que denunciar as dívidas internas que o Governo de São Paulo não contraiu, e é na mobilização, é na consciência de desempregado, do empregado, do povo de São Paulo, que nós iremos mobilizar a Nação Brasileira contra a sanha empreguista do Governo Federal e contra a sanha do lucro, contra a sanha imperialista das multinacionais e dos bancos estrangeiros.

Mas, para isso, é necessário, dizem alto e bom som, que, enquanto representantes do povo, nós estejamos com o povo, com os desempregados, onde eles estiverem, mas a luta contra o desemprego — digo desta tribuna — não servirá de biombo para que grupos paramilitares, para que grupos que até hoje serviram esse regime que está aí queiram desestabilizar o Governo de São Paulo como grupos que agiram no Riocentro e no atentado às bancas de jornais, na Freguesia do Ó, como os que terrorizam o campesinato brasileiro no Norte do País. Mas, daqui desta tribuna, nós defenderemos o direito de cada operário, o direito de cada trabalhador de dizer: chega de fome, chega de miséria, chega de humilhação.

Queremos, acima de tudo, garantir a liberdade do povo brasileiro, para que o povo brasileiro, com a classe operária, à frente, possa dizer não ao FMI, não aos imperialistas para que este País possa ser livre e independente, isso é o que queremos — antes de mais nada —, que o Governo de São Paulo não fie na legislação da ditadura, mas numa legislação que garanta a ordem democrática, e a ordem democrática será garantida e estabelecida na medida em que a classe operária e o povo tiver liberdade para dizer o que pensa e o que quer nas praças públicas e nas ruas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do nobre Deputado Farabulini Júnior. (Palmas.)

Tem a palavra o nobre Deputado Wagner Rossi.

O SR. WAGNER ROSSI (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna, durante este Pequeno Expediente, para tratar de assunto de grande relevância para o governo democrático de São Paulo.

Em função dos compromissos democráticos do Governador Franco Montoro; em função da postura democrática do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e de seus compromissos com o princípio da participação e com o princípio fundamental da nossa sociedade política, no sentido de que o povo é o grande centro de decisões, e de que todo o poder, emanando do povo, só tem legitimidade quando respaldado na expressão de sua livre vontade; em função dos compromissos que este Deputado — juntamente com seu companheiro de chapa no PMDB, Deputado João Cunha, e com o irmão que nos acompanhou nestas batalhas, Deputado Waldyr Trigo, aqui presente, e todos os membros da Bancada do PMDB — assumiu diante de uma visão aberta do processo político, quero dizer que todos esses compromissos desaguam no respeito à vontade popular.

Pois bem! A nível administrativo, o Governo do Estado, confronta-se hoje com um assunto que tem sido levado ao alvedrio da participação popular. Refiro-me às questões que dizem respeito à divisão administrativa do Estado de São Paulo.